



Arquiteturarevista

ISSN: 1808-5741

arq.leiab@gmail.com

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Madeira da Silva, Teresa

A consciência histórica na interpretação do lugar arquitectónico

Arquiteturarevista, vol. 8, núm. 1, 2012, pp. 3-7

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193623828002>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

# A consciência histórica na interpretação do lugar arquitectónico

## Historical consciousness in the interpretation of the architectural place

Teresa Madeira da Silva

teresa.madeira@iscte.pt

Instituto Universitário de Lisboa

**RESUMO** – Este texto procura clarificar e ampliar as leituras das obras e dos lugares arquitectónicos, no campo disciplinar da arquitectura. Tomando como pressuposto que a análise e descrição formal das obras arquitectónicas (por vezes através da decomposição em partes dos edifícios geradores dessas obras) não é suficiente para a sua leitura, propomos, através de um conjunto de reflexões associadas aos conceitos de espaço, de tempo e à consciência do papel dos intérpretes, explorar outras formas de leitura e interpretação do mesmo. O enfoque geral desta investigação assenta na filosofia hermenêutica contemporânea, nas figuras de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur, e no facto de a interpretação ou a realização de uma obra ou de um lugar arquitectónico ser o resultado da ação humana. Para Gadamer, o homem finito, o homem histórico vê e comprehende sempre a partir do seu ponto de vista, localizado num determinado tempo e num determinado espaço, não podendo colocar-se acima da relatividade da história para procurar um “conhecimento objectivamente válido” (Gadamer, 2004, p. 30). Este texto evoca, assim, na interpretação do lugar arquitectónico, a dimensão finita e relacional do homem e o seu enraizamento histórico, centrando o campo da interpretação num outro paradigma em relação ao que habitualmente se pratica. Assim, são introduzidas, como dados a ter em conta na leitura dos lugares, dimensões afectas aos seus intérpretes, normalmente excluídas de qualquer leitura.

**Palavras-chave:** lugar, lugar arquitectónico, arquitectura e hermenêutica, modelo de interpretação.

**ABSTRACT** – The aim of this paper is to make a clearer and broader interpretation of architectural works and places in the disciplinary field of architecture. Departing from the assumption that architectural works cannot always be interpreted by means of a formal description and analysis (sometimes through the breakdown of the buildings generating these works), we propose to explore other forms of interpreting and understanding them by using a series of reflections linked to the concepts of space, time and to the awareness of the interpreters' role. Contemporary hermeneutical philosophy is the main focus underlying this research, more specifically that of Hans-Georg Gadamer and Paul Ricoeur, and the fact that the interpretation or realization of an architectural place or work is the result of human intervention. For Gadamer, the finite man, the historical man always sees and understands from his own standpoint located in a particular time and space, and is unable to place himself apart from the relativity of history in the search for “objectively valid knowledge” (Gadamer, 2004, p. 30). This paper therefore calls on the finite and relational dimension of man and his historical roots in the interpretation of the architectural place; the field of interpretation of interpretation is focused on a paradigm that is different from the one in common practice. Thus the interpreters' dimensions, which are normally excluded from analysis, are introduced as data when interpreting the places.

**Key words:** place, architectural place, architecture and hermeneutics, interpretation model.

A discussão sobre a qualidade dos lugares arquitectónicos<sup>1</sup> faz-se frequentemente em torno de diversos aspectos, entre os quais a adequação da obra arquitectónica ao lugar, ao contexto, à envolvente. Esta questão não é só levantada em termos físicos (considerando a forma, o clima, a topografia, os acessos, as vistas, etc.), mas também em termos estéticos e simbólicos.

As obras arquitectónicas partem de lugares e contextos preexistentes, criam novos contextos e, neste sentido, novos lugares. Estes, por sua vez, relacionam-se com outros lugares, são partes de conjuntos que se relacionam

a nível local, a nível territorial e a nível global. Assim, a noção de lugar, na relação da obra arquitectónica com o contexto, é uma dimensão fundamental para a arquitectura, fazendo parte do discurso que a define e do universo que, ao longo do século XX, caracterizou a teoria e a prática da arquitectura portuguesa. Mais recentemente, no final do século XX e início do século XXI, o tema do lugar adquiriu ainda mais importância, seja porque as cidades se alargaram de forma abrupta, seja pela tomada de posição de alguns investigadores, segundo os quais o processo de globalização poderia pôr em perigo a diversidade cultural

<sup>1</sup> O conceito de lugar arquitectónico é definido pelo edifício (como o epicentro do lugar) e pela relação que este estabelece com o espaço físico que o envolve, designado por envolvente ou contexto.

no mundo e a identidade de contextos locais e respectivas “arquitecturas”.

As referências ao lugar e à relação da obra arquitectónica com a envolvente, ou com o contexto, constituem um tema dominante na prática, na teoria e na crítica da arquitectura contemporânea. Apesar disso, o conceito de lugar existe numa indeterminação característica: se, por um lado, o termo lugar é cheio de significado e é algo que se encontra quase sempre presente, quer em textos que acompanham projectos, quer em textos de carácter teórico, por outro, esse mesmo conceito é utilizado de forma vaga e por isso pouco comprehensível.<sup>2</sup> É neste sentido que se torna relevante pensar e debater as variáveis que contribuem para a sua definição a partir de uma releitura com um enfoque na filosofia hermenêutica<sup>3</sup> contemporânea de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur.

Dado que o tema do lugar arquitectónico nos remete para a questão da interpretação, porque projectar um edifício é pensá-lo em termos da sua forma, e também uma resposta a um problema formulado pela própria encosta sob a forma de projecto, o seu resultado pressupõe a possibilidade de uma diversidade de respostas possíveis. Essas respostas estão associadas a um conjunto de variáveis decorrentes do cruzamento entre a experiência vivida pelo arquitecto/projectista e as circunstâncias físicas, históricas e sociais do contexto preexistente e ainda da interpretação das condicionantes decorrentes do programa, do orçamento ou mesmo do gosto do cliente. Para além do seu valor material, como um objecto construído e fisicamente existente, existe, portanto, um conjunto de valores que dotam os lugares arquitectónicos de uma multiplicidade de significados, ou seja, segundo a terminologia de Ricoeur, de um excesso de sentido (Ricoeur, 2000). Sendo a interpretação fruto da acção humana e sendo, também, uma variável incontornável na resposta à formulação do lugar, importa incluí-la na leitura do lugar, tendo presente a consciência da distanciamento entre a situação original (a da produção original do lugar) e a situação actual (a do intérprete). Importa referir que o conceito de interpretação comporta aqui duas orientações: num sentido, interpretar significa como dizer ou como exprimir, dando ênfase, desse modo, ao aspecto criativo de qualquer obra (o arquitecto faz uma interpretação do sítio, do programa, das intenções do cliente, ao realizar uma obra de arquitectura); noutro sentido, interpretar significa explicar e compreender. “Po-

demos exprimir uma situação sem a explicar; exprimi-la é interpretá-la, mas explicá-la é também uma forma de ‘interpretação’” (Palmer, 1999, p. 30-31). Assim, sabemos que, ao abordar um lugar com o fim de construir uma obra, o arquitecto interpreta-o exprimindo, fazendo uma obra, mas ao explicar aquele lugar também está a interpretá-lo.

O ponto de partida deste texto pressupõe, deste modo, que a natureza do lugar arquitectónico engloba, para além da componente técnica e objectiva (que nos remete para o sentido literal), a componente significativa (que nos remete para a interpretação) (Silva, 2009, p. 23).

Dado que a hermenêutica apela à teoria da interpretação e incorpora na interpretação o papel desempenhado pelos diferentes intérpretes, consideramos fundamental associar à leitura do lugar alguns conceitos desenvolvidos por essa disciplina, tanto para caracterizar o lugar como para o interpretar.<sup>4</sup> Assim, para a leitura do lugar, a nossa premissa assenta no facto de o método indutivo, que até recentemente foi considerado a base das ciências experimentais, não ser suficiente para se compreender correctamente a natureza do lugar arquitectónico. Na linha de Gadamer, “o método indutivo [...] observa unicamente regularidades” (Gadamer, 1998, p. 25); ora, para compreender um lugar, o que se pretende é compreendê-lo na sua singularidade e na sua unicidade, ultrapassando a sua descrição e incluindo um conjunto de variáveis que nos remetem para outro tipo de leitura.

Ao contrário do modelo dominante de leitura do lugar arquitectónico que recorre a técnicas de análise arquitectónica à “imagem do cientista que isola um objecto para ver como ele é feito”<sup>5</sup> tratando as obras e os lugares arquitectónicos como se fossem “objectos, naturais e silenciosos” (Palmer, 1999, p. 19), procuramos incluir variáveis que ultrapassam, deste modo, as técnicas de explicação de uma obra, para os situar num horizonte humano de sentido. À semelhança do que a hermenêutica defende para as obras literárias, os lugares deverão ser alvo de uma compreensão humanista, que implica a interpretação, ou seja, a decifração da marca humana que qualquer lugar comporta.<sup>6</sup>

A chave da nossa investigação assenta, assim, em duas ideias principais: a primeira, que a descrição e análise puramente formal dos lugares arquitectónicos, fora do contexto dos intérpretes, não é suficiente para a sua interpretação, e, por isso, um lugar construído a partir

<sup>2</sup> Na monografia *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*, por exemplo, o conceito de lugar não está referenciado, mas antes o de *lugar-comum*, pouco relevante para a nossa investigação (Rodrigues et al., 2002, p. 174).

<sup>3</sup> “Hermenêutica – genericamente, a teoria da interpretação do sentido” (Bleicher, 2002, p. 362). A importância central da hermenêutica, como disciplina que estuda a interpretação, está associada a três disciplinas humanistas: a teologia, a filosofia e a interpretação literária. No entanto, torna-se cada vez mais evidente que esta se pode estender a qualquer domínio da interpretação (Palmer, 1999, p. 16).

<sup>4</sup> “A hermenêutica, enquanto se define como o estudo da compreensão das obras humanas, transcende as formas linguísticas de interpretação. Os seus princípios aplicam-se não só às obras escritas, mas também a quaisquer obras de arte” (Palmer, 1999, p. 22).

<sup>5</sup> Tal como descreve Palmer em relação à aplicação do método científico ao estudo de obras literárias (1999, p. 18).

<sup>6</sup> “O campo da hermenêutica nasceu como esforço para descrever [os] modos de compreensão, mais especificamente ‘históricos’ e ‘humanísticos’” (Palmer, 1999, p. 19).

de uma obra passada não pode ser visto unicamente nos seus próprios termos, uma vez que o seu significado se define a partir de um conjunto de questões colocadas no presente. E a segunda, que a linguagem arquitectónica se realiza como discurso e por isso não deve ser tratada somente através da análise dos signos isoladamente, mas antes atendendo-se à interligação entre eles e à sua rede de relações, remetendo-nos, deste modo, para a obra ou o lugar arquitectónico como um todo e, portanto, para o seu significado.

A partir destas premissas, pressupomos que qualquer lugar está sujeito à interpretação e que qualquer interpretação deverá incorporar o papel dos seus intérpretes, que veem e compreendem sempre a partir do seu ponto de vista, localizado num determinado tempo e num determinado espaço, ou seja, a partir da sua condição histórica.

Ao incluir a condição histórica na leitura dos lugares, pudemos perceber que nenhum intérprete se encontra num modo de ser neutro quando analisa ou projecta um lugar ou uma obra arquitectónica, mas inserido num contexto de tradição que o marca historicamente num tempo e num espaço. Ao incluir a participação do intérprete na interpretação, considera-se o lugar como existência num determinado tempo e num determinado contexto histórico e, por isso, para além da sua objectivação (que é subjectiva, porque isolada do seu contexto).

Na linha de Ricoeur, a par da materialidade (paredes, muros, vãos, ruas, acessos, etc.), no domínio da arquitectura existem outros aspectos que permitem que cada intérprete veja algo que outro não vê permitindo que os mesmos adquiram uma multiplicidade de sentidos, decorrentes da possibilidade de cada intérprete ver o todo a partir de algumas das suas partes, mas nunca de todas ao mesmo tempo. Por outro lado, na leitura de qualquer obra ou lugar, o intérprete não se encontra de consciência vazia, ou temporariamente preenchida com a situação em causa, antes fazendo actuar uma intenção preliminar relativamente à situação. A intenção preliminar, ou juízos prévios, advém do facto de qualquer pessoa ter, à partida, um reconhecimento que lhe é dado pelo seu enraizamento no mundo. Podemos, assim, compreender que qualquer interpretação se inscreve sempre num horizonte de possibilidades e pressupõe sempre uma familiaridade, uma competência prévia, uma pré-compreensão do mundo que habitamos.

Em *Tempo e narrativa* (Ricoeur, 1983), Paul Ricoeur aprofunda a sua concepção de interpretação (para as obras literárias), através da tripla *mimesis*: *mimesis I*, *II* e *III*. De uma forma sucinta, a tripla *mimesis* apresenta-se da seguinte forma: na *mimesis I* ou prefiguração, o mundo do texto não é resultado da imaginação delirante de um sujeito alienado, mas parte do mundo da acção no interior do qual vive o seu autor; na *mimesis II* ou configuração, a construção de um texto procura configurar um mundo outro, distinto do mundo do autor; na *mimesis*

*III* ou reconfiguração, o texto exerce sempre influência sobre o modo de o leitor sentir, habitar ou sonhar o mundo. Assim, a prefiguração mostra que a representação da acção implica um enraizamento vivencial, ou seja, uma pré-compreensão do agir humano que une autor e usufruidor, sendo que o sentido dado ou estruturado pela visão preliminar e pela antecipação de sentido forma, para qualquer projecto, o horizonte a partir do qual qualquer coisa será compreendida.

A partir desta perspectiva compreendemos que não podemos abandonar o presente e enveredar pelo passado e que o significado de um lugar não pode ser visto nos seus próprios termos. Pelo contrário, o significado de um lugar do passado define-se em termos de questões que se lhe colocam a partir do presente (Palmer, 1999, p. 185), estando essas questões alicerçadas em pressupostos ou juízos prévios decorrentes do próprio presente. Neste sentido, os juízos prévios são a base que temos para compreender as obras do passado, porque todas as leituras que se possam fazer dos lugares veiculam a tradição, no sentido em que respondem, através de um conjunto de pressupostos, a uma questão formulada em cada uma das épocas.

Com este enfoque, podemos compreender melhor e reafirmar que a análise unicamente formal – supostamente objectiva –, que se prende com as características formais, as questões da funcionalidade, os percursos, os acessos, a topografia, as vistas, os materiais, etc., não proporciona uma leitura completa do lugar arquitectónico na sua totalidade.

Caracterizemos agora o papel dos intérpretes, segundo a linha que nos propomos seguir: o intérprete e o objecto estão ligados por um contexto de tradição. Segundo a perspectiva hermenêutica aqui preconizada, essa ligação implica a existência prévia de uma compreensão do objecto (por parte do intérprete quando o aborda), sendo o sujeito, por isso, incapaz de começar com um espírito neutro (Bleicher, 2002, p. 15). Esta perspectiva aplica-se às três categorias de intérpretes possíveis: autor/arquitecto, investigador e utilizador ou usufruidor. Assim, um dos aspectos subjacentes ao processo criativo de um lugar parte do facto de que a situação do intérprete é sempre caracterizada pela antecipação de sentidos, ou seja, pelo conjunto de preconceitos que ele traz consigo. O arquitecto não se confronta com um sítio, uma obra ou um terreno em total neutralidade, em total pureza, assim como quem investiga ou utiliza uma obra ou um lugar não se relaciona com ele sem uma expectativa de sentido. Segundo Ricoeur, “o sentido dado pela visão preliminar e pela antecipação forma, para qualquer projecto, o horizonte a partir do qual qualquer coisa será compreendida enquanto tal e tal” (Ricoeur, 1991, p. 57).

Se observarmos qual o papel do lugar, enquanto preexistência, este serve como um elemento integrador do projecto, e o lugar que irá ser criado resulta da compo-

sição dada pelo autor em situação, mais do que do lugar enquanto preexistência, uma vez que este por si só não determina o resultado final.

No acto de projectar, o lugar (preexistente) é antes utilizado como um dado operativo, tal como, por exemplo, o programa; isto porque, como referimos, quando o arquitecto aborda um lugar, já tem uma pré-ideia que condiciona a possibilidade desse lugar, resultante da época e da cultura onde se inscreve. Dito de outra forma, um sítio preexistente não é a causa determinante ou necessária de um lugar arquitectónico, embora seja na maioria dos casos assimilado como fonte geradora de uma ideia. As condicionantes são condicionantes na medida em que constituem um meio para resolver um determinado problema, mas as soluções podem ser múltiplas e variadas, e, neste sentido, podemos dizer que existe uma predisposição ou um preconceito por parte de quem constrói que permite que o resultado seja sempre diferente. Como nos diz Távora, embora a obra tenha de “satisfazer e atender à circunstância, não é por esta ‘fatalmente determinada’” (Távora, 1996, p. 24).

Compreender o conceito de juízos prévios permite perceber que há sempre pressupostos – concepções prévias –, que nos chegam da tradição e que modelam os nossos preconceitos. Essa pré-compreensão dá-se a um nível inconsciente pré-reflexivo, e, desta forma, tudo o que configuramos já está presente no nosso mundo, pressupondo sempre uma familiaridade.

A partir daqui podemos dizer que as diferentes interpretações das obras arquitectónicas são múltiplas e variadas, mas não são aleatórias. Apesar de o projecto arquitectónico se centrar num procedimento lógico e racional a partir de um problema específico, todo o processo de elaboração do projecto é interpretativo e exige do arquitecto uma tomada de sucessivas decisões baseadas em escolhas que consequentemente implicam exclusões. Essas escolhas, não sendo aleatórias, nem subjectivas, como à primeira vista poderia parecer (uma vez que existe uma infinidade de possibilidades), derivam do nosso enraizamento numa dada cultura e numa dada sociedade. A concepção de um lugar emerge, assim, da situação histórica do autor e da experiência vivida por este.

Por outro lado, qualquer interpretação incorpora as interpretações anteriores a ela e o seu significado corresponde ao sentido que essa mesma interpretação tem

para o intérprete no momento em que ele se encontra. As interpretações de um lugar (que constroem a história desse lugar) são construções sempre contemporâneas baseadas na dialéctica entre passado e presente e orientadas pelo interesse de quem as produz. Importa referir a teoria desenvolvida por Muntañola em torno da *Topogénesis*<sup>7</sup> que assinala as diferentes interpretações do lugar sugeridas através da dualidade inseparável constituída pelo indivíduo e pela história. Para este autor, a noção de lugar e os significados de cada lugar não podem ser separados da perspectiva histórico-individual e da perspectiva histórico-colectiva. Na esteira de Gadamer, na obra deste autor, ressalta um aspecto importante para compreender o significado da obra arquitectónica e que tem a ver com o momento histórico e a atitude perante a história: analisar o passado não é retroceder, mas estudá-lo a partir do presente e das interpretações que se foram realizando entre o passado e o presente.<sup>8</sup> O que interessa para Muntañola é fundamentalmente a arquitectura na sua relação com o homem como indivíduo e no seu contexto histórico, mais do que o objecto arquitectónico em si mesmo.

Igualmente a leitura de qualquer obra ou lugar parte de um elemento histórico e culturalmente distante, que é o lugar de origem, ao qual se somam diferentes olhares sobre esse lugar, também eles histórica e culturalmente localizados, resultando, por um lado, na fusão e, por outro, no alargamento dos horizontes de compreensão sobre esse mesmo lugar.

O que propomos, através deste pequeno texto, são pistas para uma nova interpretação das obras e dos lugares arquitectónicos – extravasar a análise formal e incluir a consciência da historicidade de qualquer intérprete na interpretação do lugar, ampliando assim a caracterização do mesmo.

Nesta perspectiva, considera-se o lugar para além da sua objectivação, e que todos os lugares do passado sejam vistos e compreendidos a partir da consciência de que quem os recebe ou o interpreta é marcado por uma determinada situação histórica que condiciona a sua recepção ou interpretação.

Assim, como atitude interpretativa, para além da análise da sua materialidade, do que se encontra objectivado através das suas características formais (por exemplo: forma, figura, escala, função, materialidade, limites, acessibilidades, vistas e forma de implantação), a

<sup>7</sup> Da vasta obra de Josep Muntañola, destacamos os três volumes em torno da Topogénesis: *Topogénesis Uno: Ensayo sobre el cuerpo y la arquitectura* (1979a), *Topogénesis Dos: Ensayos sobre la naturaleza social del lugar* (1979b) e *Topogénesis Tres: Ensayo sobre la significación en arquitectura* (1980).

<sup>8</sup> “A história não pode analisar-se a partir do passado como se pudéssemos retroceder no tempo, nem tão-pouco se pode absorver a história passada num presente, pervertendo assim a realidade dos factos passados: há que julgá-la a partir do presente, mas mantendo a distância entre passado e presente, há que reinterpretá-la constantemente” (Muntañola, 1981, p. 175).

interpretação do lugar deverá incorporar outras categorias – como plurivocidade<sup>9</sup>, abertura, continuidade, variedade dimensional, mobilidade e narratividade –, ganhando, desta forma, uma outra dimensão.

Para além de ser mensurável (tem altura, largura e profundidade) e ser relacional (porque se encontra sempre em relação com outros lugares), tem também como característica a sua variação dimensional (porque a sua dimensão depende do ponto de vista do seu intérprete, ou da escala a que estamos a trabalhar). Por outro lado, qualquer lugar altera-se ao longo do tempo (mobilidade), transformando-se noutro lugar (porque as suas características mudam). Igualmente, o lugar é produto da acção humana, que o cria como uma narrativa, ou seja, a partir da selecção e organização de diferentes variáveis formando um todo coerente e significante. Para Ricoeur, a narrativa organiza uma intriga que “[...] consiste, principalmente, na selecção e organização dos acontecimentos e das acções contadas, que fazem da fábula uma história ‘completa e inteira’ [...] com princípio meio e fim” (1991, p. 25)<sup>10</sup>. Igualmente, percebemos que as leituras a que é sujeito fazem parte do próprio lugar tendo diferentes significados consoante a época em que se encontra o seu intérprete conferindo-lhe diferentes significados (continuidade). Por outro lado, é uma obra aberta; aberta a várias e diferentes leituras uma vez que qualquer pessoa o pode ler a partir do seu próprio horizonte e em diferentes momentos históricos.

Se a compreensão é uma atitude subjectiva, porque o intérprete é um sujeito que não está fechado sobre si mesmo, nem conhece tudo em absoluto, a leitura que propomos procura acrescentar às leituras descriptivas outras componentes, tendo em conta, por um lado, a situação histórica e cultural do seu intérprete e, por outro, as componentes de vida desses mesmos lugares, a partir das categorias anteriormente descritas.

A perspectiva dos intérpretes à luz da condição histórica (onde a distância histórica permite interpretar o lugar para além do horizonte limitado da sua situação de origem), as mudanças do lugar ao longo do tempo (observa-

das a partir da nossa situação no presente), as interpretações passadas (vistas à luz da consciência do carácter particular de cada uma delas) e a configuração desse mesmo lugar (tendo em conta que um lugar é um todo construído a partir da selecção de diferentes partes) são as grandes linhas a partir das quais podemos compreender um lugar na sua singularidade e na sua unicidade, ultrapassando, assim, o seu sentido literal.

## Referências

- BLEICHER, J. 2002 [1980]. *Hermenéutica contemporânea*. Lisboa, Edições 70, 381 p.
- GADAMER, H.-G. 1998 [1996]. *O problema da consciência histórica*. Vila Nova de Gaia, Estratégias Criativas, 89 p.
- GADAMER, H.-G. 2004 [1960]. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenéutica filosófica*. Petrópolis, Editora Vozes, 631 p.
- MUNTAÑOLA, J. 1981. *Poética y arquitectura: una lectura de la arquitectura pos-moderna*. Barcelona, Editorial Anagrama, 121 p.
- MUNTAÑOLA, J. 1979a. *Topogénesis Uno: Ensayo sobre el cuerpo y la arquitectura*. Barcelona, Oikos-tau.
- MUNTAÑOLA, J. 1979b. *Topogénesis Dos: Ensayos sobre la naturaleza social del lugar*. Barcelona, Oikos-tau.
- MUNTAÑOLA, J. 1980. *Topogénesis Tres: Ensayo sobre la significación en arquitectura*. Barcelona, Oikos-tau.
- PALMER, R.E. 1999 [1969]. *Hermenéutica*. Lisboa, Edições 70, 284 p.
- RICOEUR, P. 1983. *Tempo e narrativa. Vol. I*. Campinas, Papirus Editora, 328p.
- RICOEUR, P. 2000 [1976]. *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa, Edições 70, 109 p.
- RICOEUR, P. 1991 [1986]. *Do texto à acção: ensaios de hermenéutica II*. Porto, Rés Editora, 407 p.
- RODRIGUES, M.J.M et al. 2002 [1990]. *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Coimbra, Quimera Editores, 291 p.
- SILVA, T.M. 2009. *O lugar arquitectónico: um modelo teórico de interpretação*. Lisboa, Portugal. Tese de Doutoramento. Instituto Universitário de Lisboa, 331 p.
- TÁVORA, F. 1996 [1962]. *Da organização do espaço*. Porto, FAU Publicações, 75 p.

Submetido: 25/08/2011

Aceito: 04/05/2012

Teresa Madeira da Silva

Instituto Universitário de Lisboa  
(ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET  
Av. Forças Armadas, 1629-026  
Lisboa, Portugal

<sup>9</sup> O termo plurivocidade, semelhante ao de polissemia, assenta no facto de uma obra de arquitectura, tal como um texto, convidar a uma leitura plural, distinguindo-se, porém, deste último por se referir à obra na sua totalidade e não às partes que a compõem. Ricoeur faz a distinção entre plurivocidade e polissemia ao referir que “a plurivocidade que se prende aos textos enquanto textos é uma coisa diferente da polissemia das palavras individuais e da ambiguidade das frases individuais na linguagem vulgar. Esta plurivocidade é típica do texto considerado como totalidade; ela abre a pluralidade de leitura e de construção” (Ricoeur, 1991, p. 202).

<sup>10</sup> A noção de intriga torna-se um dos aspectos relevantes para o entendimento que Ricoeur faz da narrativa, uma vez que pressupõe inteligibilidade, facto que nos remete para a compreensão.